



# NOVIDADES LEGISLATIVAS

## Nesta Edição:

- *Senador Jorginho Mello apresenta projeto sobre o Simples Trabalhista*
- *CDEICS debate o Comércio Exterior do Brasil*

### **Painel**

#### ***Senador Jorginho Mello (PR/SC) apresenta projeto sobre o Simples Trabalhista***

***O PL 2234/2019 foi apresentado em atendimento às demandas do setor industrial e tem a finalidade de dar tratamento diferenciado às micro e pequenas empresas, aumentando prazos e facilitando o pagamento de multas conforme o porte. Também dispensa as micro e pequenas empresas do depósito recursal, permite o pagamento de vale transporte em pecúnia, salário maternidade pago diretamente pela Previdência Social, entre outras medidas.***

## **CDEICS debate o Comércio Exterior do Brasil**

Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS) da Câmara dos Deputados debate a política do Comércio Exterior do Brasil e a adesão do Brasil à OCDE.

O **deputado Zé Neto (PT/BA)**, um dos autores do requerimento de audiência pública, apontou que o objetivo da audiência foi a discussão da redução do imposto de importação (Ex-tarifários). Observou que portarias do Ministério da Economia alteraram a definição de alguns produtos que constam na Nomenclatura Comum do Mercosul como sendo Ex-tarifários, sem, no entanto, alterar suas alíquotas de imposto de importação. Explicou que essas reduções tarifárias podem ser nocivas às indústrias nacionais de bens de informática, comunicação e de capital. Disse que a medida aprofunda a falência da política de conteúdo nacional.

**Daniel Antunes da ABINEE** explicou que o regime de Ex-tarifário reduz a alíquota do imposto de importação de Bens de Capital (BK), de Bens de Informática e Telecomunicação (BIT), assim grafados na Tarifa Externa Comum do Mercosul (TEC), quando não houver a produção nacional

equivalente. Deixou claro que o setor eletroeletrônico defende a abertura comercial, mas com salvaguardas para o mercado nacional. Explicou que a balança comercial do setor é negativa, pois precisa importar diversos componentes. Ressaltou que a indústria eletroeletrônica é altamente moderna e que como precisa de investimento constante em tecnologia necessita de um marco regulatório de tecnologia digital no mundo industrial.

**José Velloso, Presidente Executivo da Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos - ABIMAQ**, afirmou que a abertura comercial já vem sendo discutida desde o governo anterior e que o diálogo com o governo atual foi aberto para discutir a redução da alíquota do imposto de importação. Alertou que a redução da alíquota dos bens de capital sem alterar a alíquota dos bens de consumo é decretar que o Brasil não produzirá mais bens de capital.

Explicou que no Brasil há distorção, assim como nos países do Mercosul produtores de matéria prima. Todos os insumos utilizados na produção dos bens de capital têm proteção maior do que as próprias máquinas e equipamentos. Assim, paga-se mais caro pelo insumo, comparado com concorrentes da Europa e resulta em um produto final mais caro. Defendeu uma escalada tarifária ou que todos paguem o mesmo imposto de importação.

Defendeu o setor de bens de capitais como um dos setores mais produtivos da indústria de transformação e de maior valor agregado. Apresentou os números do setor de bens de capital para demonstrar a sua relevância: emprega diretamente 2 milhões de trabalhadores; 22% da indústria de transformação advém de bens de capital; recolheu 21% da indústria de transformação para a Previdência Social; é o setor mais aderente de tecnologias digitais; o setor de máquinas e equipamentos representa 15% das exportações brasileiras. No entanto, o maior problema do país hoje é a falta de investimento nesse mercado e pode-se ter uma priorização de exportação de bens primários.

Apontou os principais pleitos do setor e os gargalos que devem ser enfrentados: reestruturação tarifária para retomar a competitividade, ou seja, o produto final tem que ter igual ou maior proteção que seus insumos; criticou o alto custo da folha de pagamento; ressaltou a necessidade de aumento do prazo de pagamento de impostos, para ficar compatível o pagamento do bem industrial e o pagamento do imposto. Finalizou sua exposição dizendo que o regime de ex-tarifários vem funcionando bem.

**Alfredo Alexandre Júnior**, Superintendente da SUFRAMA, apresentou o papel da autarquia em promover estratégias de desenvolvimento da Amazônia Ocidental com a promoção de investimentos e ressaltou que a ZFM não representa renúncia e sim investimento para a região e o país.

O superintendente ainda apresentou as propostas da Suframa para o comércio exterior: melhoria da infraestrutura logística de transportes; plano de atração de investimentos; participação nas negociações internacionais na abertura de novos mercados; disseminação da cultura exportadora por meio das ações do Plano Nacional da Cultura Exportadora (PNCE); interlocução com a iniciativa privada para identificação dos gargalos à exportação, a fim de desburocratizar o procedimento e torna-lo eficiente.

**Fabrizio Sardelli Panzini, Gerente de Negociações Internacionais da Confederação Nacional da Indústria (CNI)**, apresentou dados que demonstram a importância das exportações do Brasil na nossa economia: a cada R\$ 1 bilhão exportado pelo Brasil, gera-se quase 32 mil empregos e a cada R\$ 1 bi exportado pela indústria gera-se cerca de 36 mil empregos; a cada R\$ 1 bilhão exportado pelo Brasil gera uma massa salarial de R\$ 589 milhões; a cada R\$ 1 bilhão

exportado pelo Brasil gera um efeito multiplicados na cadeia produtiva industrial de R\$ 4,4 bilhões.

Defendeu, ainda, que interessa ao Brasil uma política de comércio exterior com todos os setores e todas as regiões mundiais, mantendo boas relações para ampliar o mercado. Demonstrou que a maior parte do que o Brasil exporta são bens industrializados.

Citou alguns entraves às exportações e ressaltou que ainda estão concentrados no âmbito doméstico, como: as elevadas tarifas cobradas por portos e aeroportos; a dificuldade de oferecer preços competitivos; as elevadas taxas e a complexidade dos documentos cobrados por órgãos anuentes; o custo do transporte doméstico e do internacional; a baixa eficiência governamental para superação dos obstáculos internos às exportações; exportação de tributos.

Defendeu que o Brasil deve ampliar a rede de acordos comerciais, mas que para isso há necessidade de facilitação do comércio, desburocratização e elencou alguns temas prioritários para a política comercial do Brasil: investimentos brasileiros no exterior; barreiras em terceiros mercados; logística e infraestrutura no comércio exterior; um comércio exterior mais competitivo; atenção à tributação no comércio exterior; financiamento e garantia às exportações; combate ao comércio desleal com defesa comercial. Afirmou que deve-se olhar a política de comércio exterior como um todo, no âmbito interno e externo.

Para que haja mais Brasil no mundo, o representante da CNI defendeu abertura comercial, maior liberalização e a dinamização do Mercosul. Explicou que a abertura comercial pode acontecer de duas formas: com redução unilateral das tarifas ou com os acordos comerciais. No entanto, ressaltou que melhor que seja por acordo comercial, pois há contrapartidas, traz segurança jurídica e confere maior prazo para adequação dos setores envolvidos. Afirmou que há espaço para o Brasil ampliar sua participação em acordos comerciais e abrir seu mercado no mundo. Informou que o saldo comercial do Mercosul é o segundo maior no mundo e a cada um bilhão exportado para os EUA gera cerca de 4 bilhões para o Brasil e montante semelhante ao Mercosul.

Para haver revisão da TEC - Tarifa Externa Comum do Mercosul - e abertura unilateral deve-se: promover abertura comercial prioritariamente via acordos comerciais; mapear a tarifa média real aplicada pelo Brasil e dar publicidade ao setor empresarial; mapear as distorções da TEC; consultar o setor privado para definir critérios para uma eventual abertura unilateral; adotar um nível médio de tarifas alinhado com países emergentes e/ou com PIB per capita parecidos ao Brasil; manter nível de tarifa que conserve poder de barganha em negociações; adotar agenda ambiciosa de competitividade, com destaque para a Reforma Tributária; criar um programa de ajuste ao comércio.

Finalizou sua exposição solicitando aos parlamentares presentes que aprovassem o Protocolo de Contratações Públicas do Mercosul (MSC 599/2018) e aprimorassem e aprovasse o projeto sobre ISS nas exportações (PLP 463/2017).

O deputado Zé Neto ressaltou a necessidade de dialogar constantemente com todos os envolvidos nas cadeias produtivas e demonstrou sua preocupação com a crise da indústria da construção civil.

**Tólio Ribeiro, da Secretaria de Desenvolvimento da Indústria e Comércio do Ministério da Economia**, expôs os dados dos Ex-tarifários e explicou a sistemática: desonerar para incentivar, pois não faz sentido cobrar imposto do que você não tem produção nacional.



**Renato Agostinho, da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério da Economia**, focou em como o novo governo tem contribuído para a agenda de desburocratização e inserção internacional (abertura de mercado). Ressaltou a necessidade de colocar o Brasil mais inserido nos fluxos internacionais de comércio, tornando o país mais competitivo. Concordou com o representante da CNI em diversos pontos e, em especial, que se deve se enxergar o Comércio Exterior de forma mais ampla, trazer condições mais favoráveis para nossa economia e que a reforma da TEC deve ser gradual e sincronizada com outras políticas.

Mencionou a Agenda de Facilitação do Comércio Exterior que contempla redução da intervenção estatal no comércio exterior, com baixo custo de implementação e relevante impacto econômico. O Programa Portal Único de Comércio Exterior é uma iniciativa de reformulação dos processos de importação, exportação e trânsito aduaneiro. Com essa reformulação, busca-se estabelecer processos mais eficientes, harmonizados e integrados entre todos os intervenientes públicos e privados no comércio exterior. Assim, o Programa Portal Único de Comércio Exterior é baseado em três pilares: integração dos intervenientes; redesenho dos processos; tecnologia da informação.

Também falou sobre a imprescindibilidade de haver: uma janela única entre o governo e o setor produtivo para reduzir prazos de importação e exportação; aprimoramento dos controles governamentais com caráter menos interventivo sobre o fluxo da operação comercial; acordos de cooperação mútuos para que as empresas tenham maior fluidez, segurança jurídica e previsibilidade nos exportadores de serviços.

**Deputado José Ricardo (PT/AM) e Deputado Vitor Lippi (PSDB/SP)** estiveram presentes e demonstraram sua preocupação quanto aos entraves externos e gargalos internos para o comércio exterior, o desenvolvimento do país, a abertura do mercado, a complexidade que a indústria enfrenta em relação ao sistema tributário brasileiro, os custos dos portos e os custos de logística.

Os participantes da audiência responderam aos questionamentos e concordaram sobre a necessidade de se ter uma agenda de melhoria do ambiente de negócios internacional.